

# RELATÓRIO EXECUTIVO SANEAMENTO

Para ler os artigos de seu interesse basta clicar sobre os títulos do índice

## Indicadores do Saneamento

### **Investimento em esgoto cai 26% e universalização pode atrasar 21 anos**

O Ministério das Cidades divulgou no início do mês os dados preliminares do setor de saneamento básico para o ano de 2016. Os dados apontaram para uma importante redução nos investimentos no setor.

O esgotamento sanitário, área que apresenta maior deficiência na cobertura dos serviços, teve a **maior redução no investimento: 26,2%, de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 4,2 bilhões**. A redução mais relevante foi nos investimentos contratados pelos estados, que recuaram R\$ 934 milhões, ou 87%.

Entre os anos de 2014 e 2016, o ritmo de investimento médio foi de R\$ 13,1 bilhões ao ano, cerca de 65% do necessário para atingir as metas do Plansab. **Mantido o atual ritmo de investimentos, a universalização dos serviços de água e esgoto seria atingida apenas em 2054, 21 anos após a meta inicial. (Pág. 1).**

### **Apenas um terço dos municípios possui coleta seletiva de resíduos**

As informações preliminares divulgadas pelo Ministério das Cidades para o setor de resíduos sólidos apontam para uma baixa cobertura da coleta seletiva: apenas um em cada três municípios, dentre os 3670 que integram a base do SNIS, apresenta coleta seletiva, que atendem apenas 32,21% da população urbana. O índice de reaproveitamento de resíduos recicláveis em relação ao total de resíduos domésticos e públicos no ano de 2016 foi de apenas 1,91%. **(Pág. 3).**

### **Abes premia municípios com destaque no saneamento**

No último dia 05/02/2018, a ABES premiou em um evento em São Paulo os municípios com destaque no

Ranking da Universalização do Saneamento, publicado originalmente no Congresso Abes/Fenasan em setembro de 2017.

O ranking estudou 231 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Dentre os municípios estudados, apenas 14 (6%) foram classificados como "Rumo à Universalização", enquanto 41 (18%) possuem "Compromisso com a universalização". **(Pág. 3).**

## Regulação

### **Sabesp entrega contribuição para consulta pública da 2ª revisão tarifária ordinária**

A Sabesp publicou sua contribuição acerca da NT.F-0001-2018 da Arsesp, para a consulta pública que ocorre no âmbito da 2ª revisão tarifária ordinária da Sabesp. A contribuição tem como objetivo debater a proposta de metodologia a ser adotada para o cálculo tarifário no processo de revisão. **(Pág. 4).**

### **Certificado de recebíveis de saneamento pode destravar investimentos no setor**

Em 06 de fevereiro deste ano começou a tramitar no Senado o Projeto de Lei nº 01/2018, de autoria do Senador Roberto Muniz (PP/Bahia), que cria o Certificado de Recebíveis de Saneamento, o CRS. O projeto tem como objetivo criar uma nova ferramenta para o financiamento do investimento em saneamento básico. **(Pág. 4).**

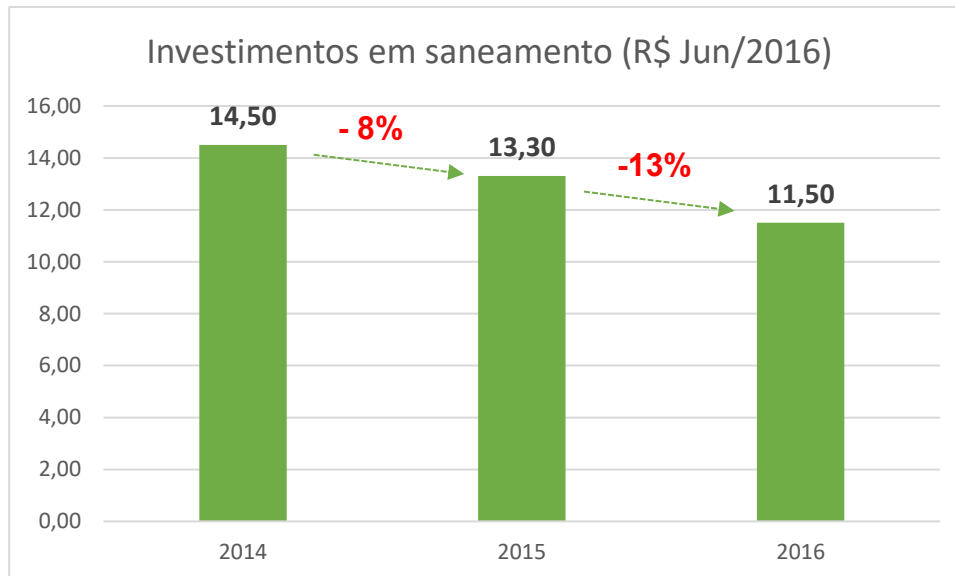
## Agenda Bianual da Água (Pág. 14)

## Links de interesse (Pág. 15)

## Parcerias e Concessões (Pág. 16)

## INVESTIMENTO EM ESGOTO CAI 26% E UNIVERSALIZAÇÃO PODE ATRASAR 25 ANOS

- O Ministério das Cidades divulgou no início do mês os dados preliminares do setor de saneamento básico para o ano de 2016. Os dados apontaram para uma importante redução nos investimentos no setor.
- Em 2016, o investimento total foi de R\$ 11,5 bilhões. Em termos reais, houve uma redução de 13% no total investido entre 2015 e 2016, passando de R\$ 13,3 bilhões para R\$ 11,5 bilhões a valores médios de 2016. Em relação ao ano de 2014, quando os investimentos foram de R\$ 14,5 bilhões, a queda no período é de 20%.



Fonte: SNIS (2013-2016, atualizado pelo IPCA)

- **O esgotamento sanitário, área que apresenta maior deficiência na cobertura dos serviços, teve a maior redução no investimento: 26,2%, de R\$ 5,7 bilhões em 2016 para R\$ 4,2 bilhões em 2016.** A redução mais relevante foi nos investimentos contratados pelos estados, que recuaram de R\$ 1,1 bilhão para cerca de R\$ 134 milhões, uma queda de R\$ 934 milhões ou 87%. Os investimentos contratados pelos prestadores recuaram R\$ R\$ 544 milhões (12%) e os contratos pelas prefeituras municipais R\$ 24,8 milhões (18,6%).

Quadro 1 – Investimentos em esgotamento sanitário

	Prestador	Município	Estado	Total
<b>2015 (nominal)</b>	R\$ 4.160.108.377,29	R\$ 122.883.532,17	R\$ 990.046.490,59	R\$ 5.273.038.400,05
<b>2015 (corrigido)</b>	R\$ 4.528.017.850,31	R\$ 133.751.041,25	R\$ 1.077.603.700,54	R\$ 5.739.372.592,11
<b>2016</b>	R\$ 3.983.310.408,43	R\$ 108.905.295,20	R\$ 143.154.684,93	R\$ 4.235.370.388,56
<b>Varição</b>	-R\$ 544.707.441,88	-R\$ 24.845.746,05	-R\$ 934.449.015,61	-R\$ 1.504.002.203,55
<b>Varição (%)</b>	-12,0%	-18,6%	-86,7%	-26,2%

Fonte: SNIS 2016

- No segmento de água, a queda nos investimentos foi de 10,6%, passando de R\$ R\$ 6,23 bilhões para R\$ 5,57 bilhões. o que representa em uma queda de investimento de R\$ 660 milhões. Novamente, a maior

queda está nos investimentos feitos pelos Estados, que recuaram 63,9%, de R\$ 396 milhões para R\$ 143 milhões.

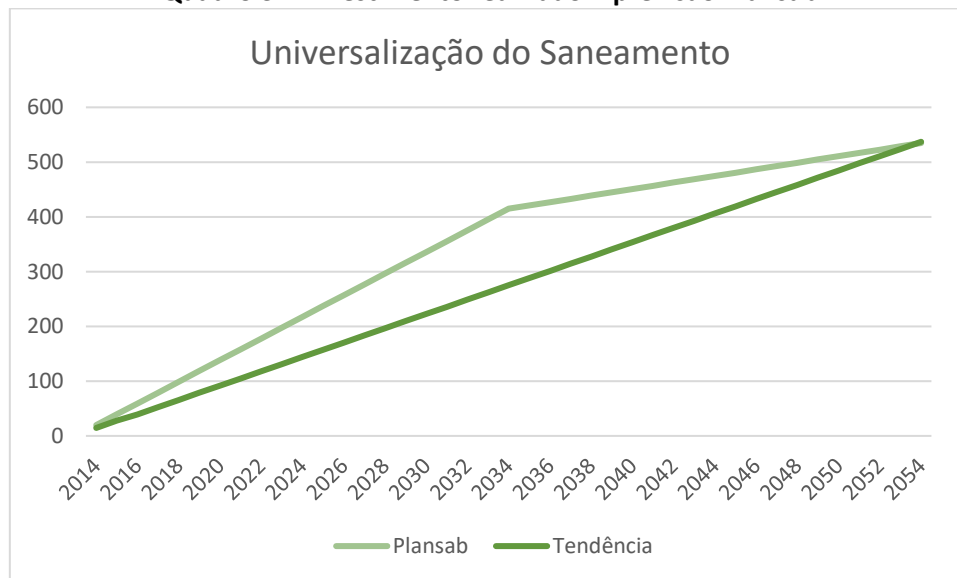
**Quadro 2 – Investimentos em abastecimento de água**

	Prestador	Município	Estado	Total
<b>2015 (nominal)</b>	R\$ 5.280.339.802,34	R\$ 83.270.986,84	R\$ 364.478.677,54	R\$ 5.728.089.466,72
<b>2015 (corrigido)</b>	R\$ 5.747.319.711,97	R\$ 90.635.262,50	R\$ 396.712.250,81	R\$ 6.234.667.225,28
<b>2016</b>	R\$ 5.342.955.553,23	R\$ 88.125.523,94	R\$ 143.154.684,93	R\$ 5.574.235.762,10
<b>Variação</b>	-R\$ 404.364.158,74	-R\$ 2.509.738,56	-R\$ 253.557.565,88	-R\$ 660.431.463,18
<b>Variação (%)</b>	-7,0%	-2,8%	-63,9%	-10,6%

Fonte: SNIS 2016

- No ano de 2013, foi promulgado o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que tem como objetivo a universalização dos serviços de água e esgoto em um período de 20 anos, ou seja, até 2033. Para tanto, foi estimado um investimento necessário de R\$ 304 bilhões. Atualizando o valor para o ano de 2016, a necessidade de investimento é da ordem de R\$ 395 bilhões, ou R\$ 19,75 bilhões por ano.
- Entre os anos de 2014 e 2016, após a promulgação do Plansab, o ritmo de investimento médio foi de R\$ 13,1 bilhões ao ano, cerca de 65% do necessário para atingir as metas do Plansab. Mantido o atual ritmo de investimentos, a universalização dos serviços de água e esgoto seria atingida apenas em 2054, 21 anos após a meta inicial.

**Quadro 3 – Investimento realizado X previsão Plansab**



Fonte: SNIS (2013-2016, atualizado pelo IPCA), Plansab (2013, atualizado pelo IPCA)

## APENAS UM TERÇO DOS MUNICÍPIOS POSSUI COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS

- As informações preliminares divulgadas pelo Ministério das Cidades para o setor de resíduos sólidos apontam para uma baixa cobertura da coleta seletiva: apenas um em cada três municípios, dentre os 3.670 que integram a base do SNIS, apresenta coleta seletiva, que atendem apenas 32,21% da população urbana. O índice de reaproveitamento de resíduos recicláveis em relação ao total de resíduos domésticos e públicos no ano de 2016 foi de apenas 1,91%.

Quadro 4 – Resíduos sólidos: indicadores

Cobertura da coleta total de resíduos	Cobertura da coleta urbana de resíduos	Massa de resíduos coletada per capita	Municípios com coleta seletiva	Cobertura da coleta seletiva porta-a-porta	Recuperação de recicláveis
%	%	Kg/(hab x dia)	%	%	%
91,5%	98,6%	0,93	33,0%	32,2%	1,9%

## ABES PREMIA MUNICÍPIOS COM DESTAQUE NO SANEAMENTO

- No último dia 05/02/2018, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) premiou em um evento em São Paulo os municípios com destaque no Ranking da Universalização do Saneamento, publicado originalmente no Congresso Abes/Fenasan em setembro de 2017.
- O ranking estudou 231 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Dentre os municípios estudados, apenas 14 (6%) foram classificados como “Rumo à Universalização”, enquanto 41 (18%) possuem “Compromisso com a universalização”. A maioria dos municípios (176, ou 76%) foi enquadrada na categoria com menor pontuação, “primeiros passos para a universalização”.
- Os 14 municípios destacados, que apresentaram mais de 489 dos 500 pontos possíveis, foram: Araçatuba - SP; Araraquara - SP; Birigui - SP; Curitiba - PR; Franca - SP; Jundiaí - SP; Limeira - SP; Maringá - PR; Niterói - RJ; Piracicaba - SP; Santos - SP; São José dos Campos - SP; Taubaté - SP e Votorantim - SP.

## SABESP ENTREGA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSULTA PÚBLICA DA 2ª REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIA

- A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) publicou sua contribuição acerca da NT.F-0001-2018 da Arsesp, para a consulta pública que ocorre no âmbito da 2ª revisão tarifária ordinária da Sabesp. A contribuição tem como objetivo debater a proposta de metodologia a ser adotada para o cálculo tarifário no processo de revisão.
- Um primeiro ponto de discordância por parte da Sabesp é a aplicação imediata do fator de qualidade (Fator Q), a ser aplicado sobre a tarifa com base na evolução de indicadores na prestação de serviço. Na visão da companhia, os indicadores a serem utilizados para compor o Fator Q não estão claramente definidos, portanto, seria necessário completar o processo de discussão pública, para somente então, no próximo ciclo tarifário, aplicar o fator de qualidade dos serviços.
- Outra divergência relevante apontada pela Sabesp é quanto à revisão da projeção de mercado. A agência reguladora propôs um mecanismo de revisão que tome como referência o consumo médio de água por economia como "gatilho" para uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), com o objetivo de reduzir o risco para o fluxo de caixa de alterações bruscas no padrão de consumo, como foi o caso durante a crise hídrica de 2014 e 2015. A proposta da Sabesp é de adotar-se para este fim a tarifa média regulatória, que seria a aplicação da estrutura tarifária vigente nos histogramas de consumo dos últimos 12 meses, com o objetivo de capturar também alterações nos padrões de consumo, que impactam o fluxo de caixa da companhia devido à progressividade das tarifas. A Sabesp propõe que o gatilho para a revisão extraordinária seja acionado sempre que houver uma variação maior do que 5% em relação à demanda requerida (P0).
- A Sabesp sugeriu ainda que o Fundo para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, previsto pela Arsesp em sua proposta, não seja aplicado nesta 2ª revisão tarifária ordinária, pela falta da definição das características necessárias aos projetos que serão enquadrados nestas despesas, bem como o processo para autorização de dispêndios.

## CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS DE SANEAMENTO PODE DESTRAVAR INVESTIMENTOS NO SETOR

Bruna Jucá De Monteiro<sup>1</sup>

- Em 06 de fevereiro deste ano, começou a tramitar no Senado o Projeto de Lei nº 01/2018, de autoria do Senador Roberto Muniz (PP/Bahia), que cria o Certificado de Recebíveis de Saneamento, o CRS.
- O Projeto - encaminhado inicialmente para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - altera a Lei Federal nº 11.445/2007 para acrescentar os artigos 42-A a 42-J, que dispõem sobre o título de livre negociação, sua finalidade, formalidades, inclusive e a possibilidade de negociação destes títulos pelas companhias securitizadoras na Bolsa de Valores. O PLS prevê, contudo, a necessidade de

---

<sup>1</sup> Advogada pós graduada em Processo Civil e Direito do Trabalho. Sócia da GO Associados.

regulamentação da norma pelo Conselho Monetário Nacional, que deverá dispor sobre os aspectos relevantes da operação, tais como as condições de emissão do título e os prazos.

- Na Justificativa apresentada, o Senador ressalta que a medida visa estimular os investimentos no setor de saneamento, tal qual ocorreu no setor imobiliário com a Edição da Lei Federal nº 9.514/97, por meio da facilitação do acesso a recursos da poupança para este fim. Em linhas mais simples, o Projeto cria uma nova forma de funding para o setor por meio da emissão de títulos que revelam compromissos de pagamentos futuros baseados em fluxo de caixa provenientes dos ativos ligados à prestação dos serviços de saneamento.
- Após análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o PLS 01/2018 deverá seguir para a Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa.

## AGENDA BIANUAL DA ÁGUA

### Próximos Eventos

18 a 23 de  
Março

#### VIII Fórum Mundial da Água

- Brasília sediará a próxima edição do mais importante evento global sobre água. O tema escolhido para a edição é "Compartilhando Água".



Brasília - DF

### Eventos Futuros

2018

27 a 31 de Mar	48º Congresso Nacional da Assemae	Fortaleza - CE
10 a 12 de Abr	VIII Fiema Brasil	Bento Gonçalves - RS
15 a 17 de Abr	Global Water Summit 2018	Paris (França)
25 de Abr	Seminário Internacional Aladyr De Reúso Y Desalinización De Agua	Fortaleza - CE
14 a 18 de Mai	IFAT 2018 – Feira Internacional para Gestão da Água, Esgoto, Lixo e Resíduos.	Munique (Alemanha)
8 de jun	II Fórum Exame PPPs e Concessões 2018	São Paulo - SP
11 a 14 de Jun	AWWA Annual Conference and Exposition (ACE 18)	Las Vegas (USA)
13 a 16 de jun	AIDIS: III Congresso Interamericano de Saneamento e Água Potável Rural	Cidade da Guatemala
18 a 20 de jun	XIV Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (SILUBESA)	Foz do Iguaçu - PR
8 a 12 de Jul	Singapore International Water Week	Singapura
26 a 31 de Ago	SIWI World Water Week	Stocolmo (Suécia)
16 a 21 de Set	IWA World Water Congress & Exhibition	Tóquio (Japão)
18 a 20 de Set	Fenasan 2018	São Paulo - SP
29 de Set a 03 de Out	WEFTEC 2018	Nova Orleans (EUA)
26 a 28 de Nov	Rio Water Week 2018	Rio de Janeiro (RJ)

## LINKS DE INTERESSE

- “Revisão do Marco Legal é benéfica para o saneamento, defende ABCON”, Saneamento Básico, 08/02/2018 - <https://www.saneamentobasico.com.br/defende-abcon/>
- “Copasa anuncia emissão de R\$ 268 milhões em debêntures”, Valor Econômico, 07/02/2018 - <http://www.valor.com.br/empresas/5312255/copasa-anuncia-emissao-de-r-268-milhoes-em-debentures>
- “Governo do TO apresenta política de resíduos sólidos 5 anos após prazo”, G1, 08/02/2018 - <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/governo-do-to-apresenta-politica-de-residuos-solidos-5-anos-apos-prazo.ghtml>
- “Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS-TO)”, Governo do Estado do Tocantins, 08/02/2018 - <http://semarh.to.gov.br/plano-estadual-de-residuos-solidos-pers-to/>



## PARCERIAS E CONCESSÕES EM SANEAMENTO

Modalidade	UF	Município	Objeto	Status	Acompanhamento
Concessão Comum	SP	Ubatuba	Água e esgoto	4. Suspensão	Fevereiro/2017 - Suspensão
Concessão Comum	SP	Mirandópolis	Água e esgoto	4. Suspensão	Fevereiro/2017 - Suspensão
Concessão Comum	RS	Erechim	Água e esgoto	4. Suspensão	Janeiro/2018 – Suspensão em 12/01/2018
Concessão Comum	PR	Palmeira	Saneamento e Res. sólidos	4. Suspensão	Fevereiro/2016 – Suspensão
Concessão Comum	PA	Marabá	Água e esgoto	4. Suspensão	Janeiro/2014 - Audiência Pública suspensa
Concessão Comum	SP	Marília	Água e esgoto	4. Suspensão	Novembro/2016 – Processo suspenso pelo Tribunal e Justiça do Estado.
Concessão Comum	SC	Caçador	Água e esgoto	3. Licitação	Agosto/2016 – Três empresas entregaram propostas e foram homologadas.
Concessão Comum	MG	Montes Claros	Água e esgoto	4. Suspensão	Dezembro/2015 - Licitação suspensa pelo TCEMG (ausência de planejamento básico)
Concessão Comum	ES	São Mateus	Água e esgoto	4. Suspensão	Junho/2016 – Licitação suspensa pela justiça, em fase de defesa.
Concessão Comum	SP	Artur Nogueira	Água e esgoto	4. Suspensão	Junho/2016 – Suspensão
Concessão Comum	SC	Bombinhas	Água e esgoto	4. Suspensão	Março/2016 – Suspensão
Concessão	MG	Ubá	Água e esgoto	3. Licitação	Julho/2016 – Propostas entregues. Licitação suspensa sem habilitação dos licitantes.
Concessão	SP	Serrana	Água e Esgoto	3. Licitação	Setembro/2016 – Republicação do edital após suspensão pelo TCE. Novo prazo para apresentar propostas: 07/11/2016
Concessão Comum	MT	Porto Alegre do Norte	Água e esgoto	3. Licitação	Setembro/2015 - Determinado prazo para submissão de propostas
Concessão Comum	SP	Conchal	Água e esgoto	3. Licitação	Março/2016 – Audiência pública realizada
PPP	BA	Feira de Santana	Água	2. Projeto	Janeiro/2016 - Governador já anunciou que pretende fazer uma PPP para abastecimento de água na cidade
Concessão Comum	ES	Lagarto	Água e esgoto	2. Projeto	Dezembro/2015 - Câmara aprovou o PL para concessão do Saneamento
Concessão Comum	BA	Itabuna	Água e esgoto	2. Projeto	Junho/2016 – Prefeito apresentou o projeto na cidade
PPP	GO	Goiás	Esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2014 - Saneago anuncia PMI para projeto de esgoto em 10 municípios do Entorno do Distrito Federal
Concessão Comum	SP	Mogi Mirim	Água e Esgoto	2. Projeto	Março/2016 – Audiência pública realizada
Concessão Comum	SC	Corupá	Água e esgoto	2. Projeto	Fevereiro/2016 - Audiência pública realizada
Concessão Comum	PE	Petrolina	Águas e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2018 – 3 empresas cadastradas na PMI

<b>A definir</b>	SP	Guarujá	Água e esgoto	1. Estudos	Junho/2017 – PMI publicado pela prefeitura
<b>PPP</b>	ES	Cariacica e Viana	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
<b>PPP</b>	ES	Guarapari e Fundão	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
<b>A definir</b>	SC	Itaiópolis	Água e esgoto	1. Estudos	Setembro/2017 – Aviso de PMI para estudos de concessão de serviços de água e esgoto. Propostas devem ser entregues até 27/10/2016.
<b>PPP</b>	MG	Caxambu	Água e esgoto	1. Estudos	Mai/2016 - Aviso de PMI
<b>PPP</b>	RJ	Mangaratiba	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 – Prazo para PMI adiado para 20/07/2016
<b>PPP</b>	RO	Porto Velho	Esgoto	1. Estudos	Mai/2016 - Aviso de PMI; Prazo para inscrição: 30/05
<b>PPP</b>	PA	Canaã de Carajás	Água e esgoto	1. Estudos	Junho/2015 - Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse
<b>Concessão ou PPP</b>	RJ	Rio de Janeiro	Esgoto	1. Estudos	Julho/2016 - Estruturadora Brasileira de projetos está avaliando dois projetos, incluindo 16 municípios na Baixada Fluminense e 6 municípios no Leste Fluminense
<b>Concessão Comum</b>	SC	Navegantes	Água e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2015 – Prefeitura anuncia que realizará concessão de água e esgoto
<b>Concessão ou PPP</b>	RJ	Natividade	Esgoto	1. Estudos	Agosto/2016 – Prefeitura anuncia PMI para estudo de viabilidade da concessão ou PPP para esgotamento sanitário.
<b>Concessão</b>	SP	Iracemápolis	Água e Esgoto	1. Estudos	Junho/2016 – Prefeitura anunciou estudos para concessão dos serviços de água e esgoto.

A GO Associados adota as melhores práticas e conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento para propor soluções e parcerias para instituições público e privadas, mediante abordagem multidisciplinar.

Com periodicidade semanal, o Relatório Executivo traz notícias exclusivas e relevantes do setor, além dos principais indicadores e uma agenda bianual com os eventos mais importantes.

## EXPERIÊNCIA E EXCELÊNCIA NA ÁREA DE SANEAMENTO

### Conselho Editorial



**Álvaro José da Costa**  
Ex-presidente da Casal  
Engenheiro Civil



**Gesner Oliveira**  
Ex-presidente da Sabesp  
Economista



**Fernando Marcato**  
Ex-Secretário Executivo de Novos  
Negócios da Sabesp. Advogado



**Marcio Saba Abud**  
Ex-diretor da Sabesp  
Economista



**Carlos Alberto Rosito**  
Vice-presidente da ABES  
Engenheiro Civil



**Artur Ferreira**  
Associado especializado em Saneamento  
Administrador de Empresas

### Editores



**Pedro Scazufca**  
Ex-assessor da Presidência da Sabesp  
Economista



**Mauro Arbex**  
Editor do Relatório Executivo  
Jornalista e Sócio da Letras &  
Fatos